

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.995 - SP (2019/0195266-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **OSWALDO DOMINGUES - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **KLAUS RADULOV CASSIANO - SP157550**
AGRAVADO : **ISAURA DOMINGUES FERREIRA**
ADVOGADOS : **REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA - SP060415**
LUÍS EDUARDO TAVARES DOS SANTOS E OUTRO(S) -
SP299403
INTERES. : **RUFINA PEDROSO DOMINGUES - ESPÓLIO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.179):

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXIGIDAS.

Segunda fase. Contas apresentadas pelo réu que foram impugnadas pela autora. Sentença de rejeição das contas apresentadas pelo réu. Apelo do requerido. Perícia contábil que se destina apenas a apurar a adequação entre os recebimentos e pagamentos e as devidas comprovações. Regularidade e licitude das despesas e da administração realizada que compete exclusivamente ao magistrado.

Inventariante que, independentemente, da parcela que lhe cabe do quinhão hereditário tem o dever de administrar os bens com transparência e respeitando as obrigações e limitações impostas pela legislação. Confusão patrimonial entre os valores recebidos pelo espólio e os pertencentes ao inventariante que não pode ser admitida. Rendimentos decorrentes de aplicação financeira dos valores auferidos pelo espólio que devem ser creditados em favor do espólio. Encargo de inventariante que não contempla remuneração. Valores cobrados a título de honorários pela administração dos imóveis pelo inventariante, sem qualquer autorização judicial, que são inadmissíveis. Honorários advocatícios contratuais e despesas processuais em que o inventariante é parte devem ser por ele custeados. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts.

460, 990, IV, 991, II e VII, 992, IV, e 995, III, do Código de Processo Civil de 1973, aduzindo, em síntese, ter havido julgamento contrário às provas dos autos.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Ao que se tem dos autos, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial, firmada nos seguintes fundamentos: (i) não demonstração da alegada violação à legislação federal; e (ii) inviabilidade de reexame de provas (incidência da Súmula 7 do STJ).

A parte agravante, porém, não impugnou todos os fundamentos da decisão recorrida, deixando de refutar, especificamente, a motivação concernente à impossibilidade de reanálise de matéria fática (Súmula 7 do STJ).

Registre-se que a impugnação há de ser específica, de modo que, inadmitido o recurso especial, a parte recorrente deveria, no mínimo, apontar a matéria de direito discutida no recurso especial e apresentar julgados recentes desta Corte Superior para amparar sua tese, explicitando os motivos pelos quais o conhecimento das questões ventiladas no recurso especial não esbarram nos óbices apontados e demonstrando, quando for o caso, que realizou o cotejo analítico indispensável à configuração do dissídio jurisprudencial.

É certo que não cabe ao julgador deduzir ou inferir o fundamento que sustente a pretensão da parte, devendo o recurso trazer a devida motivação, de forma explícita. Frise-se que nada impede que a parte faça referências a outras peças processuais, não podendo, contudo, apenas repetir o recurso anterior em sua íntegra, o que configuraria deficiência de fundamentação.

Com efeito, incumbe à parte agravante infirmar, especificamente, os fundamentos adotados na decisão que não admitiu o recurso especial, em obediência ao princípio da dialeticidade dos recursos, segundo o qual os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na

decisão recorrida, para dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. [...]

2. Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.486.424/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/9/2019, DJe 11/9/2019.)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. [...].

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto no arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. [...]

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.791.273/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 20/8/2019.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ.

APLICAÇÃO POR ANALOGIA. [...].

1. Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015, não se conhece de agravo cujas razões não impugnaram especificamente o fundamento da decisão agravada. Aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.

3. [...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.360.316/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 7/8/2019.)

Assim, ausente a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o entendimento consolidado no enunciado da Súmula 182 do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora